



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DRAP Norte
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Norte

MANUAL DE CONVERSÃO AO MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO



DIVISÃO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Isabel Barrote
Novembro de 2010

ÍNDICE

Nota introdutória	3
Definição de agricultura biológica	4
Quais são os produtos da agricultura biológica	7
A notificação como operador em agricultura biológica	8
Modelo para notificação da actividade junto do MADRP	10
Anexo I ao Regulamento (CE) nº 889/2008 - fertilizantes e correctivos do solo que podem ser utilizados na produção biológica	12
Anexo II ao Regulamento (CE) Nº 889/2008— produtos fitofarmacêuticos que podem ser utilizados na produção biológica	14
Anexo III ao Regulamento (CE) Nº 889/2008 - Superfícies mínimas das áreas interiores e exteriores e outras características do alojamento para as diferentes espécies e categorias de animais	16
Anexo IV ao Regulamento (CE) Nº 889/200 - Número máximo de animais por hectare	17
Anexo V ao Regulamento (CE) Nº 889/2008 - Matérias de origem vegetal, animal e mineral, assim como produtos e subprodutos da pesca autorizados na alimentação animal	18
Organismos de controlo reconhecidos para o modo de produção biológico	21

MANUAL DE CONVERSÃO AO MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente manual destina-se a produtores agrícolas do modo de produção convencional, que desejem reconverter as suas explorações para a Agricultura Biológica.

A produção em Agricultura Biológica assume-se cada vez mais como uma oportunidade para a Agricultura Portuguesa. Por um lado porque produz produtos diferenciados, com um valor acrescentado, que têm registado um aumento na procura por parte do consumidor. Por outro lado, este modo de produção faz uso de métodos e práticas respeitadoras do ambiente, permitindo uma gestão sustentável do ambiente e da paisagem. Esta forma de fazer agricultura enquadra-se no espírito da actual política agrícola europeia que aponta no sentido de uma agricultura em harmonia com o ambiente e não como fonte destabilizadora do equilíbrio natural dos ecossistemas. Estes dois vectores fizeram com que a Agricultura Biológica fosse encarada como um dos instrumentos para um desenvolvimento rural sustentável.

O presente texto pretende apenas fornecer um modelo de orientação relativamente aos trâmites a seguir pelos interessados em aderir a este modo de produção.

DEFINIÇÃO DE AGRICULTURA BIOLÓGICA

O conceito de Agricultura Biológica foi legalmente instituído pelo Regulamento CE 2092/91, tendo sofrido diversas alterações e derrogações, para além de ter sido complementado com outros Regulamentos e Anexos ao documento original. Em 1999 o conceito de Agricultura biológica foi alargado ao sector animal, com a publicação do Regulamento CE 1804/99.

Actualmente o documento base sobre este modo de produção assenta no Regulamento (CE) nº 834/2007, cujas normas de execução foram publicadas no Regulamento (CE) nº 889/2008. Este documento, de consulta obrigatória para quem se dedica a este modo de produção, pode ser descarregado on line a partir de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:250:0001:0084:PT:PDF>.

A Agricultura Biológica é um modo de produção em que são utilizadas práticas culturais respeitadoras do equilíbrio natural do meio e em que se trabalha em compatibilidade com os ciclos e sistemas naturais da terra, das plantas e dos animais. Este princípio obriga a que seja necessário manter e encorajar a biodiversidade, protegendo os habitats da fauna e flora selvagens.

**Trabalha-se em
compatibilidade com os
ciclos e sistemas naturais
da terra, das plantas e dos
animais**



Entre os princípios da Agricultura Biológica contam-se o da utilização privilegiada dos recursos renováveis da exploração, a promoção da conservação da água e do solo, bem como a utilização de materiais biodegradáveis, recicláveis e reciclados.

A utilização racional dos recursos deve conduzir ao estabelecimento de uma fileira de produção, de preparação e de distribuição que seja socialmente justa e ecologicamente responsável.

De uma forma geral pode-se dizer que este modo de produção assenta em algumas regras básicas conducentes a uma correcta gestão e fertilização do solo acompanhada da gestão de pragas, doenças e infestantes.

Na produção vegetal biológica são importantes as seguintes regras:

- Práticas de mobilização e de cultivo que mantenham ou aumentem a matéria orgânica do solo, reforcem a sua estabilidade e biodiversidade e impeçam a compactação e erosão;
- A fertilidade e a actividade biológica dos solos devem ser mantidas ou melhoradas através de:
 - a) Sistemas de rotação adequados;
 - b) Incorporação nos solos de matérias orgânicas adequadas;
 - c) Utilização de consociações de culturas no mesmo terreno;
 - d) Prática da adubação verde ou sideração com o cultivo de plantas melhoradas.



A fertilidade e a actividade biológica dos solos devem ser mantidas ou melhoradas através da utilização de consociações de culturas no mesmo terreno

- A prevenção dos danos causados por parasitas, doenças e infestantes deve ser feita através de:
 - a) Escolha de espécies e variedades adequadas;
 - b) Programas de rotação de culturas;
 - c) Técnicas de cultivo e processos térmicos;
 - d) Utilização dos inimigos naturais dos parasitas das plantas.

Na produção animal biológica devem dar-se especial atenção às seguintes regras:

- a) O encabecamento e as condições de alojamento devem garantir que sejam satisfeitas as necessidades de desenvolvimento dos animais, dadas as consequências que o sobrepovoamento pode ter para a saúde dos animais e para a poluição, nomeadamente dos solos e das águas quer superficiais, quer dos lençóis freáticos;
- b) Os animais devem dispor de acesso permanente a áreas ao ar livre, de preferência pastagens;
- c) É proibido amarrar ou isolar os animais, a não ser que, por razões de segurança, de bem-estar ou veterinárias, tal se justifique e seja restrito a um período limitado;
- d) Devem ser escolhidas raças bem adaptadas às condições da exploração, privilegiando, sempre que possível, as raças autóctones;

- e) Os alimentos devem provir sobretudo da exploração onde os animais são mantidos, tendo em conta a necessidade de estabelecer um equilíbrio harmonioso entre a produção agrícola e a produção pecuária, ou de outras explorações biológicas da mesma região;
- f) Os animais devem dispor de acesso permanente a pastos ou outras forragens;

Os animais devem dispor de acesso permanente a áreas ao ar livre, de preferência pastagens



- g) A prevenção de doenças e da ocorrência de infecções assenta na escolha de raças e estirpes bem adaptadas, alimentação de elevada qualidade, alojamento adequado e em boas condições de higiene, luz e ventilação, garantia de livre acesso a espaços abertos de exercício regular e no encabeçamento adequado;
- h) Os casos de doença devem ser tratados imediatamente, com medicamentos veterinários fitoterapêuticos e homeopáticos ou com medicamentos veterinários alopáticos de síntese, desde que seja a única e a mais razoável das soluções.

Em síntese, podemos dizer que em Agricultura Biológica são privilegiadas todas as medidas preventivas, de forma a evitar a ocorrência de situações que obriguem à utilização de medicamentos, produtos fitossanitários, adubos, etc... São, portanto, excluídos neste modo de produção, todos os produtos químicos de síntese, à excepção dos casos claramente referenciados na regulamentação, que apenas poderão ser utilizados para os efeitos e nas doses nela definidas.

Por tal facto, e para que seja possível estabelecer o equilíbrio no sistema solo-planta-animal, é necessário cumprir um período de conversão entre a agricultura convencional e a agricultura biológica, cuja duração depende das práticas agrícolas instituídas na exploração no período anterior à conversão, da cultura e da espécie animal.

QUAIS SÃO OS PRODUTOS DA AGRICULTURA BIOLÓGICA

Os produtores que, cumprindo as regras legalmente definidas para o Modo de Produção Biológico, estejam sujeitos ao regime de controlo efectuado por um Organismo de Controlo reconhecido para a o Modo de Produção Biológico pelo MADRP, podem colocar os seus produtos no mercado com a menção referente à Agricultura Biológica na denominação de venda.

Estes produtos, por serem produzidos sem recurso a produtos químicos, possuem garantias de segurança e qualidades organolépticas e nutritivas que os distinguem dos demais. Neste sentido podem ser considerados um produto de qualidade, pelo que apresentam um preço ao consumidor superior. Por outro lado, existe já um considerável número de consumidores que, conscientes das vantagens para o ambiente e para a preservação dos ecossistemas que este modo de produção constitui, estão dispostos a pagar a diferença, em nome de um mundo ecologicamente mais sustentável.

A existência da menção "Agricultura Biológica" é uma garantia para o consumidor de que, em toda a fileira produtiva, foram utilizadas as regras estabelecidas pela regulamentação para este modo de produção. Nomeadamente, que o produtor, no início da conversão, foi sujeito a um regime de verificação que permitiu garantir que tomou as medidas de precaução necessárias para evitar a ocorrência de situações graves. Posteriormente o produtor irá ser sujeito a controlos tendentes a verificar se continuam as ser usadas as melhores práticas agrícolas que levam ao cumprimento das regras da agricultura biológica.

Para reconhecer um produto produzido de acordo com as regras definidas para este modo de produção é necessário que ele ostente no rótulo, para além da menção referente à agricultura biológica, o número de código do Organismo de Controlo que procedeu às

acções de controlo, que permite garantir que as regras foram cumpridas em toda a fileira produtiva, o logótipo comunitário alusivo à agricultura biológica e a indicação de origem dos produtos.



Logótipo Comunitário da Agricultura Biológica

Podem ostentar esta designação os seguintes produtos da agricultura, e aquicultura:

- Produtos agrícolas vivos ou transformados destinados a serem consumidos como géneros alimentícios, incluindo o vinho e os produtos vinicos;
- Alimentos para animais
- Material de propagação vegetativa e sementes

Os produtos da caça e da pesca de animais selvagens não são considerados produção biológica.

A NOTIFICAÇÃO COMO OPERADOR EM AGRICULTURA BIOLÓGICA

A produção em Agricultura Biológica, para garantir todo um sistema de rigor e de procedimentos harmonizados em todos os países da Comunidade está, como já se disse, sujeita a um forte quadro regulamentar. Nesta medida, salientamos como um primeiro passo, a necessidade de tomar contacto com toda a legislação em vigor.

No sentido de fornecer uma ajuda na consulta da legislação, juntamos neste manual algumas tabelas, que constituem anexos ao Reg (CE) nº 889/2008, que abordam aspectos de natureza prática.

Para que um produtor seja considerado um operador em Agricultura Biológica é obrigado a notificar esta actividade ao MADRP, em impresso próprio, que é preenchido e enviado on line em <http://www.gpp.pt/Biologica/Notif/>. Apresentamos em anexo um modelo deste formulário. Aquando do preenchimento deste impresso, para além dos elementos de identificação, é pedido que o produtor indigite o Organismo de Controlo que irá proceder ao controlo, assim como a data de realização, por parte deste Organismo, da primeira acção de controlo.

Esta data é importante, porque é a partir dela que começa a contar o período, para efeitos de tempo de conversão, da agricultura convencional para a agricultura biológica. Portanto, antes de proceder à notificação da actividade, deve o produtor ter o cuidado de contactar os OCs reconhecidos, no sentido de fazer uma prospecção de mercado, relativamente a preços praticados e metodologias de trabalho de cada organismo, para poder decidir quanto ao OC a contratar.

Antes de iniciar a actividade no novo modo de produção, o produtor deve elaborar um plano de conversão que inclui um estudo prévio e o diagnóstico da situação. No plano de conversão deve ser tomado em consideração o esquema das parcelas e a sua ocupação cultural, o tipo de fertilizações e tratamentos fitossanitários nos últimos três anos, a disponibilidade de máquinas e outros equipamentos e devem ser retiradas amostras para análise, especialmente do solo e da água.

Com base no plano, o produtor deve ocupar-se de seguida de uma outra questão de capital importância que tem a ver com as perspectivas de mercado, uma vez que o fim último da produção é colocar o produto no mercado e tornar a exploração economicamente viável. É importante ter em consideração as expectativas dos consumidores em termos de produtos mais procurados, a sua disponibilidade no mercado e as questões ligadas à logística e distribuição.

É importante ter em consideração as expectativas dos consumidores em termos de produtos mais procurados, a sua disponibilidade no mercado e as questões ligadas à logística e distribuição.



De uma forma esquemática as etapas a considerar na conversão para a Agricultura Biológica poderão ser assim elencadas:

1. Tomar contacto com a legislação em vigor;
2. Adquirir conhecimentos em A.B.;
3. Avaliar as consequências técnicas e económicas da mudança;
4. Elaborar um plano de conversão para a exploração
5. Estudar as oportunidades de mercado
6. Efectuar um contrato com um OC reconhecido;
7. Notificar a actividade junto do MADRP;
8. Indicar o OPC que procede ao controlo
9. Data de realização da 1ª acção de controlo
10. Respeitar o período de conversão



Notificações MPB [Produtores Agrícolas]



Os dados recolhidos com a presente notificação dão cumprimento à obrigação prevista na alínea a) do número 1 do artigo 28º do Reg. (CE) n.º834/2007 do Conselho

Os campos são todos obrigatórios, excepto o nº de Fax.
Use o ponto decimal no valor das áreas - a vírgula não é aceite.
Questões/dúvidas: [Contacte-nos por mail](#)

☒ Notificação ☐ Renovação ☐ Alteração

Produtor

<— Recuperar os dados de contacto que já preencheu noutra notificação

NIF

Nome

Morada

C.Postal (apenas a parte numérica)

Tel/Tlmvl

Fax

Email

Data da última aplicação de produtos não compatíveis com as disposições regulamentares (nas parcelas em causa)

* DD/MM/AAAA

Nome da exploração

Concelho:

Freguesia:

Área total da exploração (ha)

É obrigatório declarar todas as áreas em MPB da exploração nesta notificação

PRODUÇÕES VEGETAIS (ha)

Cultura	Em AB	Em C1	Em C2	Em C3
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
.....	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
.....	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
.....	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

PRODUÇÕES ANIMAIS (nº de cabeças)

	Espécie	Em AB	Em C		Espécie	Em AB	Em C
	Bovinos	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Ovinos	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	Caprinos	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Suínos	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	Aves	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Equídeos	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	Apicultura (nº de colmeias)	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Outros	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Organismo de Controlo

- ☐ Agricert
 ☐ Certis
 ☐ CertiPlanet
 ☐ Codimaco
☐ Ecocert Portugal
 ☐ Sativa
 ☐ SGS Portugal
 ☐ Trad. e Qualidade

Data assinatura do contrato DD/MM/AAAA

Data 1º controlo DD/MM/AAAA

Data último controlo DD/MM/AAAA

Outras informações

Autorizo a divulgação dos dados recolhidos com a presente notificação a terceiros, para realização de estudos científicos: ☐ Sim ☐ Não

Autorizo a divulgação dos dados recolhidos com a presente notificação a terceiros, a pedido destes, e quando tenham em vista o estabelecimento de relações no âmbito da actividade do notificante: ☐ Sim ☐ Não

☐ Comprometo-me a respeitar o conjunto das disposições comunitárias, nomeadamente o Reg. (CE) n.º834/2007 do Conselho.

☐ Comprometo-me a actualizar esta declaração.

Enviar

ANEXO I ao REGULAMENTO (CE) Nº 889/2008

Fertilizantes e correctivos do solo que podem ser utilizados na produção biológica

Notas:

A : Autorizados nos termos do Regulamento (CEE) nº 2092/91 e retomados pela alínea c) do nº 3 do artigo 16.º do Regulamento (CE) nº 834/2007

B : Autorizados nos termos do Regulamento (CE) nº 834/2007

Autorização	Designação	Descrição, requisitos de composição e condições de utilização
A	Produtos compostos ou contendo unicamente as matérias constantes da lista seguinte: Estrume	Produto constituído por uma mistura de excrementos de animais e de matérias vegetais (camas) Produtos provenientes das explorações pecuárias "sem terra" proibidos
A	Estrume seco e estrume de aves de capoeira desidratado	Produtos provenientes das explorações pecuárias "sem terra" proibidos
A	Excrementos compostados de animais, incluindo o estrume de aves de capoeira e estrumes compostados	Produtos provenientes das explorações pecuárias "sem terra" proibidos
A	Excrementos líquidos de animais	Utilização após fermentação controlada e/ou diluição adequada Produtos provenientes das explorações pecuárias "sem terra" proibidos
A	Resíduos domésticos compostados ou fermentados	Produto obtido a partir de resíduos domésticos separados na origem, submetidos a compostagem ou a fermentação anaeróbia para produção de biogás Resíduos domésticos exclusivamente vegetais ou animais Unicamente os produzidos num sistema de recolha fechado e controlado, aceite pelo Estado-Membro Concentrações máximas em mg/kg de matéria seca: cádmio: 0,7; cobre: 70; níquel: 25; chumbo: 45; zinco: 200; mercúrio: 0,4; crómio (total): 70; crómio (VI): 0
A	Turfa	Utilização limitada à horticultura (produção hortícola, floricultura, arboricultura, viveiros)
A	Resíduos de culturas de cogumelos	Composição inicial do substrato limitada a produtos do presente anexo
A	Excrementos de minhocas (lombricomposto) e de insectos	
A	Guano	
A	Produto da compostagem ou fermentação de misturas de matérias vegetais	Produto obtido a partir de misturas de matérias vegetais submetidas a compostagem ou a fermentação anaeróbia para produção de biogás
A	Produtos ou subprodutos de origem animal a seguir mencionados: Farinha de sangue; Farinha de cascos; Farinha de chifres; Farinha de ossos ou farinha de ossos desgelatinizados; Farinha de peixe; Farinha de carne; Farinha de penas; Lã; Pele; Pêlo; Produtos lácteos	Concentração máxima, em mg/kg de matéria seca, de crómio (VI): 0
A	Produtos e subprodutos de origem vegetal para fertilizantes	Exemplos: farinha de bagaço de oleaginosas, casca de cacau, radículas de malte
A	Algas e produtos de algas	Desde que sejam obtidos directamente por: i) processos físicos, incluindo a desidratação, a congelação e a trituração ii) extracção por meio de água ou de soluções aquosas ácidas e/ou alcalinas iii) fermentação
A	Serradura e aparas de madeira	Madeira sem tratamento químico após o abate
A	Casca de árvore compostada	Madeira sem tratamento químico após o abate
A	Cinzas de madeira	Provenientes de madeira sem tratamento químico após o abate
A	Fosfato natural macio	Produto conforme especificado no ponto 7 do anexo IA.2 do Regulamento (CE) nº 2003/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos adubos Teor de cádmio inferior ou igual a 90 mg/kg de P ₂ O ₅

A	Fosfato aluminocálcico	Produto conforme especificado no ponto 6 do anexo IA.2 do Regulamento (CE) nº 2003/2003 Teor de cádmio inferior ou igual a 90 mg/kg de P ₂ O ₅ Utilização limitada aos solos alcalinos (pH > 7,5)
A	Escórias de desfosforação	Produto conforme especificado no ponto 1 do anexo IA.2 do Regulamento (CE) nº 2003/2003
A	Sais brutos de potássio ou cainite	Produtos conforme especificados no ponto 1 do anexo IA.3. do Regulamento (CE) nº 2003/2003
A	Sulfato de potássio, contendo eventualmente sais de magnésio	Produto obtido de sais brutos de potássio, por um processo físico de extracção, contendo eventualmente também sais de magnésio
A	Vinhaça e extractos de vinhaça	Com excepção das vinhaças amoniacaais
A	Carbonato de cálcio [cré, marga, rocha cálcica moída, algas marinhas (maërl), cré fosfatada]	Unicamente de origem natural
A	Carbonato de cálcio e magnésio	Unicamente de origem natural: Por exemplo, cré magnesiana, rocha cálcica magnesiana moída
A	Sulfato de potássio (quieserite)	Unicamente de origem natural
A	Solução de cloreto de cálcio	Adubação foliar das macieiras, após detecção de uma carência de cálcio
A	Sulfato de cálcio (gesso)	Produto conforme especificado no ponto 1 do anexo ID do Regulamento (CE) nº 2003/2003 Unicamente de origem natural
A	Cal industrial proveniente da produção de açúcar	Subproduto da produção de açúcar a partir da beterraba sacarina
A	Cal industrial proveniente da produção de sal sob vácuo	Subproduto da produção de sal sob vácuo a partir de águas salgadas existentes em zonas montanhosas
A	Enxofre elementar	Produto conforme especificado no anexo ID.3. do Regulamento (CE) nº 2003/2003
A	Oligoelementos	Micronutrientes inorgânicos enumerados na parte E do anexo I do Regulamento (CE) nº 2003/2003
A	Cloreto de sódio	Unicamente sal-gema
A	Pó de rocha e argilas	

ANEXO II ao REGULAMENTO (CE) Nº 889/2008

Pesticidas — produtos fitofarmacêuticos que podem ser utilizados na produção biológica

Notas:

A : Autorizados nos termos do Regulamento (CEE) nº 2092/91 e retomados pela alínea c) do nº 3 do artigo 16.o do Regulamento (CE) nº 834/2007

B : Autorizados nos termos do Regulamento (CE) nº 834/2007

1. Substâncias de origem vegetal ou animal

Autorização	Designação	Descrição, requisitos de composição e condições de utilização
A	Azadiractina extraída da <i>Azadirachta indica</i> (Neem)	Insecticida
A	Cera de abelhas	Protecção de feridas resultantes de podas e enxertias
A	Gelatina	Insecticida
A	Proteínas hidrolisadas	Atractivo, apenas em aplicações autorizadas em combinação com outros produtos adequados da presente lista
A	Lecitina	Fungicida
A	Óleos vegetais (por exemplo, óleo de hortelã-pimenta, óleo de pinheiro, óleo de alcaravia)	Insecticida, acaricida, fungicida e inibidor do abrolhamento
A	Piretrinas extraídas de <i>Chrysanthemum cinerariaefolium</i>	Insecticida
A	Quássia extraída de <i>Quassia amara</i>	Insecticida, repulsivo
A	Rotenona extraída de <i>Derris</i> spp., <i>Lonchocarpus</i> spp. e <i>Terphrosia</i> spp.	Insecticida

2. Microrganismos utilizados na luta biológica contra as pragas e doenças

Autorização	Designação	Descrição, requisitos de composição e condições de utilização
A	Microrganismos (bactérias, vírus e fungos)	

3. Substâncias produzidas por microrganismos

Autorização	Designação	Descrição, requisitos de composição e condições de utilização
A	Spinosade	Insecticida. Apenas se forem tomadas medidas para minimizar o risco para os parasitóides principais e minimizar o risco de desenvolvimento de resistência

4. Substâncias que só podem ser utilizadas em armadilhas e/ou distribuidores

Autorização	Designação	Descrição, requisitos de composição e condições de utilização
A	Fosfato diamónico	Atractivo, apenas em armadilhas
A	Feromonas	Atractivo; desregulador do comportamento sexual; apenas em armadilhas e distribuidores
A	Piretróides (apenas a deltametrina e a lambda-cialotrina)	Insecticida; apenas em armadilhas com atractivos específicos; apenas contra <i>Batrocera oleae</i> e <i>Ceratitis capitata</i> Wied.

5. Preparações para dispersão à superfície entre as plantas cultivadas

Autorização	Designação	Descrição, requisitos de composição e condições de utilização
A	Fosfato férrico [ortofosfato de ferro (III)]	Moluscicida

6. Outras substâncias tradicionalmente utilizadas na agricultura biológica

Autorização	Designação	Descrição, requisitos de composição e condições de utilização
A	Cobre sob a forma de hidróxido de cobre, oxiclreto de cobre, sulfato (tribásico) de cobre, óxido cuproso, octanoato de cobre	Fungicida Até 6 kg de cobre/hectare/ano Para as culturas perenes, os Estados-Membros podem, em derrogação do parágrafo anterior, prever que o limite de 6 kg relativo ao cobre possa ser excedido num determinado ano desde que a quantidade média efectivamente utilizada durante um período de 5 anos constituído por esse mesmo ano e os quatro anos precedentes não exceda 6 kg
A	Etileno	Maturação de bananas, quivis e diospiros; maturação de citrinos apenas como parte de uma estratégia para a prevenção dos danos causados pela mosca da fruta em citrinos; indução floral no ananás; inibição do abrolhamento em batatas e cebolas
A	Sais potássicos de ácidos gordos (sabão mole)	Insecticida
A	Alúmen de potássio (sulfato de alumínio) (calinite)	Inibição do amadurecimento das bananas
A	Calda sulfo-cálcica (polissulfureto de cálcio)	Fungicida, insecticida, acaricida
A	Óleo de parafina	Insecticida, acaricida
A	Óleos minerais	Insecticida, fungicida; apenas em árvores de fruto, vinha, oliveiras e culturas tropicais (por exemplo, bananas)
A	Permanganato de potássio	Fungicida, bactericida; apenas em árvores de fruto, oliveiras e vinha
A	Areia quartzítica	Repulsivo
A	Enxofre	Fungicida, acaricida, repulsivo

7. Outras substâncias

Autorização	Designação	Descrição, requisitos de composição e condições de utilização
A	Hidróxido de cálcio	Fungicida Apenas em árvores de fruto, incluindo viveiros, para lutar contra a <i>Nectria galligena</i>
A	Bicarbonato de potássio	Fungicida

ANEXO III ao REGULAMENTO (CE) Nº 889/2008

Superfícies mínimas das áreas interiores e exteriores e outras características do alojamento para as diferentes espécies e categorias de animais

1. Bovinos, equídeos, ovinos, caprinos e suínos

	Área interior (superfície líquida disponível para os animais)		Área exterior (áreas de exercício, com exclusão de pastagens)
	Peso vivo mínimo	m2/cabeça	m2/cabeça
Bovinos e equídeos de criação e engorda	até 100 kg	1,5	1,1
	até 200 kg	2,5	1,9
	até 350 kg	4,0	3
	acima de 350 kg	5 com um mínimo de 1 m2/100 kg	3,7 com um mínimo de 0,75 m2/100 kg
Vacas leiteiras		6	4,5
Touros reprodutores		10	30
Ovelhas e cabras		1,5 por ovelha/cabra	2,5
		0,35 por cordeiro/cabrito	0,5
Porcas reprodutoras com leitões até 40 dias		7,5 por porca	2,5
Porcos de engorda	até 50 kg	0,8	0,6
	até 85 kg	1,1	0,8
	até 110 kg	1,3	1
Leitões	acima de 40 dias e até 30 kg	0,6	0,4
Porcos de criação		2,5 por fêmea	1,9
		6 por macho se os compartimentos forem utilizados para a cobertura natural: 10 por varrasco	8,0

2. Aves de capoeira

	Área interior (superfície líquida disponível para os animais)			Área exterior (m2 de superfície disponível em rotação/cabeça)
	número de animais/m2	cm de poleiro/animal	ninho	
Galinhas poedeiras	6	18	7 galinhas poedeiras por ninho ou, no caso de ninho comum, 120 cm2/ave	4, desde que não seja excedido o limite de 170 kg de N/ha/ano
Aves de engorda (em alojamento fixo)	10, com um máximo de 21 kg de peso vivo/m2	20 (apenas para as pintadas)		4 por frango de engorda e pintada 4,5 por pato 10 por peru 15 por ganso Todas as espécies supra: não pode ser excedido o limite de 170 kg de N/ha/ano
Aves de engorda em alojamento móvel	16 [1] em capoeiras móveis com um máximo de 30 kg de peso vivo/m2			2,5, desde que não seja excedido o limite de 170 kg de N/ha/ano

[1] Só no caso de alojamentos móveis com uma superfície não superior a 150 m2.

ANEXO IV ao REGULAMENTO (CE) Nº 889/2008

Número máximo de animais por hectare

Classe ou espécie	Número máximo de animais por hectare equivalente a 170 kg N/ha/ano
Equídeos com mais de seis meses	2
Vitelos para engorda	5
Outros bovinos com menos de um ano	5
Bovinos de um a menos de dois anos, machos	3,3
Bovinos de um a menos de dois anos, fêmeas	3,3
Bovinos com dois anos ou mais, machos	2
Novilhas para criação	2,5
Novilhas para engorda	2,5
Vacas leiteiras	2
Vacas leiteiras de reforma	2
Outras vacas	2,5
Coelhas reprodutoras	100
Ovelhas	13,3
Cabras	13,3
Leitões	74
Porcas reprodutoras	6,5
Suínos para engorda	14
Outros suínos	14
Frangos de carne	580
Galinhas poedeiras	230

ANEXO V ao REGULAMENTO (CE) Nº 889/2008

Matérias de origem vegetal, animal e mineral, assim como produtos e subprodutos da pesca autorizados na alimentação animal

1. MATÉRIAS NÃO BIOLÓGICAS PARA A ALIMENTAÇÃO ANIMAL DE ORIGEM VEGETAL

1.1. Cereais, respectivos produtos e subprodutos:

- Aveia em grão, flocos, sêmea, cascas e sêmea grosseira
- Cevada em grão, proteína e sêmea
- Germe de arroz obtido por pressão
- Milho painço em grão
- Centeio em grão e sêmea
- Sorgo em grão
- Trigo em grão, sêmea, sêmea grosseira, farinha forrageira com glúten, glúten e gérmen
- Espelta em grão
- Triticale em grão
- Milho em grão, farinha forrageira, sêmea grosseira, bagaço de gérmen obtido por pressão e glúten
- Radículas de malte
- "Drêches" de cerveja.

1.2. Sementes e frutos oleaginosos, respectivos produtos e subprodutos:

- Sementes de colza, bagaço obtido por pressão e cascas
- Sementes de soja, soja torrada, bagaço obtido por pressão e cascas
- Sementes de girassol e bagaço obtido por pressão
- Sementes de algodão e bagaço obtido por pressão
- Sementes de linho e bagaço obtido por pressão
- Bagaço de sementes de sésamo obtido por pressão
- Bagaço de palmiste obtido por pressão
- Bagaço de sementes de abóbora obtido por pressão
- Azeitonas, polpa de azeitona
- Óleos vegetais (de extração física).

1.3. Sementes de leguminosas, respectivos produtos e subprodutos:

- Sementes de grão-de-bico, farinha forrageira e sêmea grosseira
- Sementes de ervilha-de-pomba, farinha forrageira e sêmea grosseira
- Sementes de chícharo comum submetidas a um tratamento térmico, farinha forrageira e sêmea grosseira
- Sementes de ervilha, farinha forrageira e sêmea grosseira
- Sementes de fava, farinha forrageira e sêmea grosseira
- Sementes de fava forrageira, farinha forrageira e sêmea grosseira
- Sementes de ervilhaca, farinha forrageira e sêmea grosseira
- Sementes de tremçoço, farinha forrageira e sêmea grosseira.

1.4. Tubérculos e raízes, respectivos produtos e subprodutos:

- Polpa de beterraba sacarina
- Batata
- Tubérculos de batata doce
- Polpa de batata (subproduto da extração de fécula de batata)
- Fécula de batata
- Proteína de batata
- Mandioca.

1.5. Outras sementes e frutos, respectivos produtos e subprodutos:

- Alfarroba
- Vagem de alfarroba e farinha
- Abóbora
- Polpa de citrinos
- Maçã, marmelo, pêra, figo, uvas e respectivas polpas
- Castanhas
- Bagaço de nozes obtido por pressão
- Bagaço de avelãs obtido por pressão
- Películas de cacau e bagaço de cacau obtido por pressão
- Bolotas.

1.6. Forragens e outros alimentos grosseiros:

- Luzerna
- Farinha de luzerna
- Trevo
- Farinha de trevo
- Erva (de plantas forrageiras)
- Farinha de erva
- Feno
- Ensilagem
- Palha de cereais
- Raízes leguminosas para forragem.

1.7. Outras plantas, respectivos produtos e subprodutos:

- Melaços
- Farinha de algas (obtida por secagem e esmagamento das algas, seguido de lavagem para reduzir o teor de iodo)
- Pós e extractos de vegetais
- Extractos de proteínas vegetais (destinados unicamente a animais jovens)
- Especiarias
- Condimentos.

2. MATÉRIAS PARA A ALIMENTAÇÃO ANIMAL DE ORIGEM ANIMAL

2.1. Leite e produtos lácteos:

- Leite cru
- Leite em pó
- Leite desnatado, leite desnatado em pó
- Leitelho, leitelho em pó
- Soro de leite, soro de leite em pó (lactossoro), soro de leite em pó com baixo teor de açúcar, proteína de soro de leite em pó (extraída através de tratamento físico)
- Caseína em pó
- Lactose em pó
- Requeijão e leite acidificado ou coalhado.

2.2. Peixes, outros animais marinhos, respectivos produtos e subprodutos:

Com as seguintes restrições: produtos originários apenas da pesca sustentável e utilizados unicamente para espécies não herbívoras

- Peixe
- Óleo de peixe e óleo de fígado de bacalhau não refinados
- Autolisatos de peixes, moluscos ou crustáceos
- Hidrolisatos e proteolisatos obtidos por via enzimática, sob forma solúvel ou não (unicamente para animais jovens)
- Farinha de peixe.

2.3. Ovos e ovoprodutos:

- Ovos e ovoprodutos para alimentação de aves de capoeira, principalmente provenientes da própria exploração.

3. MATÉRIAS PARA A ALIMENTAÇÃO ANIMAL DE ORIGEM MINERAL

3.1. Sódio:

- sal marinho não refinado
- sal-gema
- sulfato de sódio
- carbonato de sódio
- bicarbonato de sódio
- cloreto de sódio.

3.2. Potássio:

- cloreto de potássio.

3.3. Cálcio:

- lithotamnion e "maërl"
- conchas de animais aquáticos (incluindo ossos de chocós)
- carbonato de cálcio
- lactato de cálcio
- gluconato de cálcio.

3.4. Fósforo:

- fosfato bicálcico desfluorado

- fosfato monocálcico desfluorado
- fosfato monossódico
- fosfato de cálcio e de magnésio
- fosfato de cálcio e de sódio.

3.5. Magnésio:

- óxido de magnésio (magnésio anidro)
- sulfato de magnésio
- cloreto de magnésio
- carbonato de magnésio
- fosfato de magnésio.

3.6. Enxofre:

- sulfato de sódio.

ORGANISMOS DE CONTROLO RECONHECIDOS PARA O MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO

PT-BIO-06

AGRICERT - Certificação de Produtos Alimentares, Lda

Urbanização Villas Aqueduto

Rua Alfredo Mirante, nº 1 R/c Esq.

7350-153 ELVAS

Tel: 268 625 026

Fax: 268 626 546

Correio electrónico: agricert@agricert.pt

Página Web: www.agricert.pt

PT-BIO-05

CERTIS – Controlo e Certificação, Lda

Rua Diana de Liz – Horta do Bispo

Apartado 320

7006-804 ÉVORA

Tel: 266 769 564/5

Fax: 266 769 566

Correio electrónico: certis@certis.pt

Página Web: www.certis.pt

PT-BIO-04

CERTIPLANET, Certificação da Agricultura, Florestas e Pescas, Unipessoal, Lda

Av. Porto de Pesca, Lote C – 15, 1º C

2520-208 PENICHE

Tel: 262 789 005

Fax: 262 789 514

Correio electrónico: certiplanet@sapo.pt

Página Web: www.certiplanet.pt

PT-BIO-08

CODIMACO – Certificação e Qualidade, Lda

Pátio do Município, nº 1 – 3º Dt

2550-118 CADAVAL

Tel: 262 691 155

Fax: 262 695 095

Correio electrónico: codimaco@codimaco.pt

Página Web: www.codimaco.pt

PT-BIO-02

ECOCERT PORTUGAL, Unipessoal Lda

Rua Alexandre Herculano, 68 - 1º Esq.

2520 – 273 PENICHE

Tel: 262 785 117

Fax: 262 787 171

Correio electrónico: ecocert@mail.telepac.pt

Página Web: www.ecocert.pt

PT-BIO-03

SATIVA, Desenvolvimento Rural, Lda

Rua Robalo Gouveia, nº 1 – 1º

1900 – 392 LISBOA

Tel: 217 991 100

Fax: 217 991 119

Correio electrónico: sativa@sativa.pt

Página Web: www.sativa.pt

PT-BIO-09

SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação, Lda

Pólo Tecnológico de Lisboa, Lote 6, Pisos 0 e 1

1600-546 LISBOA

Tel: 217 104 200

Fax: 217 157 520

Correio electrónico: sgs.portugal@sgs.com

Página Web: www.pt.sgs.com